

DECISÃO

Transmissão do direito de utilização de frequências da Emissora Regional de Leiria-Rádio Liz, CRL. para a titularidade da Record FM - Sociedade de Meios Audiovisuais de Sintra, Unipessoal Lda.

1. Pedido

Na sequência do pedido de cessão do serviço de programas de âmbito local denominado “Liz FM”, a emitir na frequência de 101,30 MHz, no concelho de Leiria, e da respetiva licença para exercício da atividade de radiodifusão sonora, apresentado por Emissora Regional de Leiria - Rádio Liz, CRL. (doravante Rádio Liz), vem a Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC), através de ofício recebido em 02 de março de 2016, submeter o respetivo processo à apreciação da ANACOM para que esta Autoridade, nos termos conjugados dos artigos 4.º, n.º 9 e 22.º, n.º 7 da Lei n.º 54/2010, de 24 de dezembro (Lei da Rádio), profira decisão sobre a transmissão do direito de utilização de frequências atribuído àquela entidade para a oferta de um serviço de programas de radiodifusão sonora acessível ao público, de âmbito local para o concelho de Leiria.

De acordo com o correspondente processo instrutor, a Rádio Liz solicitou à ERC autorização para promover a cessão do seu serviço de programas de âmbito local para a sociedade Record FM - Sociedade de Meios Audiovisuais de Sintra, Unipessoal Lda. apresentando como motivos:

«...ter deixado de possuir condições mínimas para a gestão financeira da Rádio, com as limitações que uma cooperativa revela, pelo que a cessão do serviço de programas para uma outra sociedade com experiência na área, se afigura como a solução viável para salvaguardar o projecto licenciado, continuando o concelho de Leiria a possuir uma radio local.»

O pedido de cessão de serviço de programas é parte de um conjunto de pedidos dirigidos à ERC (como melhor consta da documentação remetida pela ERC) relativos à autorização de cessão de quotas e de alteração de denominação de serviços de programas, bem como à aprovação da implementação de novas grelhas de programação, tudo com o objetivo da constituição de uma parceria de serviço de programas (nos termos do artigo 11.º da lei da Rádio).

Contudo se por qualquer motivo a constituição da referida parceria não vier a ser admitida a requerente declara expressamente que mantém o interesse em que a ERC analise e autorize a cessão do serviço de programas “Liz FM”.

2. Enquadramento

2.1. Lei da Rádio

Nos termos do n.º 9 do artigo 4.º da Lei da Rádio, a cessão de serviços de programas de âmbito local e das respetivas licenças ou autorizações é permitida, nos termos previstos para a alteração de domínio dos operadores, quando comprovadamente útil para a salvaguarda do projeto licenciado ou autorizado e desde que seja transmitida a universalidade dos bens, dos direitos e das obrigações, incluindo as de natureza laboral, exclusivamente afetos ao serviço de programas em causa.

Neste caso, sem prejuízo das competências da ANACOM previstas no regime aplicável às redes e serviços de comunicações eletrónicas e às radiocomunicações, a cessão depende de autorização da ERC (cfr. artigo 4.º, n.º 10 da Lei da Rádio).

O artigo 22.º, n.º 7 da Lei da Rádio estabelece que os processos de transmissão de licenças são instruídos pela ERC, que os submete à ANACOM para decisão quanto à transmissão dos respetivos direitos de utilização de frequências, de acordo com o regime aplicável às redes e serviços de comunicações eletrónicas e às radiocomunicações.

A referida Lei especifica, no seu artigo 4.º, as restrições relativas a propriedade de serviços de programas radiofónicos, nomeadamente de âmbito local, a saber:

- Nenhuma pessoa singular ou coletiva pode deter, direta ou indiretamente designadamente através de uma relação de domínio, um número de licenças de serviços de programas radiofónicos de âmbito local superior a 10 % do número total das licenças atribuídas no território nacional;

- Nenhuma pessoa singular ou coletiva do sector privado ou cooperativo pode deter, direta ou indiretamente, designadamente através de uma relação de domínio, um número de serviços de programas de âmbito nacional em frequência modulada igual ou superior a 50 % dos serviços de programas habilitados para a mesma área de cobertura e para a mesma faixa de frequência;
- Nenhuma pessoa singular ou coletiva pode deter no mesmo distrito, na mesma área metropolitana, no mesmo município ou, nas regiões autónomas, na mesma ilha, direta ou indiretamente, designadamente através de uma relação de domínio, um número de licenças de serviços de programas radiofónicos de âmbito local superior a 50 % dos serviços de programas com o mesmo âmbito habilitados em cada uma das circunscrições territoriais referidas.

2.2. Lei das Comunicações Eletrónicas (LCE)¹

A LCE estipula no seu artigo 34.º que é admissível a transmissão ou a locação dos direitos de utilização de frequências entre empresas, de acordo com as condições associadas a esses direitos de utilização e com os procedimentos estabelecidos no citado artigo, sempre que a transmissão desses direitos não seja expressamente interdita pela Autoridade Reguladora Nacional (ARN, a ANACOM) e publicitada no Quadro Nacional de Atribuição de Frequências (QNAF).

Neste domínio, incumbe à ANACOM garantir que:

- a) a intenção de transmitir ou locar direitos de utilização, bem como a concretização da transmissão ou locação são tornadas públicas;
- b) a transmissão ou a locação não provoca distorções de concorrência, designadamente pela acumulação de direitos de utilização;
- c) as frequências sejam utilizadas de forma efetiva e eficiente;
- d) a utilização a que estão destinadas as frequências é respeitada sempre que a mesma tenha sido harmonizada mediante a aplicação da Decisão n.º 676/2002/CE, do

¹ Lei n.º 5/2004, de 10 de fevereiro, na redação que lhe foi conferida pela Lei n.º 51/2011, de 13 de setembro.

Parlamento Europeu e do Conselho, de 7 de março (decisão espectro de radiofrequências), ou outras medidas comunitárias;

e) as restrições previstas na lei em matéria de televisão e rádio sejam salvaguardadas.

Para tanto, e de acordo com o disposto no n.º 6 do citado preceito, compete à ANACOM pronunciar-se, no prazo máximo de 45 dias, sobre a intenção e as condições da transmissão que lhe deve ser previamente comunicada, podendo opor-se à transmissão de direitos de utilização projetada, bem como impor condições necessárias ao cumprimento dos requisitos elencados no parágrafo anterior.

Neste âmbito, a ANACOM deve solicitar parecer prévio à Autoridade da Concorrência (AdC), o qual deve ser emitido no prazo de 10 dias contado da respetiva solicitação podendo ser prorrogado em casos cuja complexidade o justifique.

Importa ainda ter presente que a transmissão destes direitos de utilização não suspende, nem interrompe o prazo pelo qual os mesmos foram atribuídos, mantendo-se aplicáveis, após a transmissão, as condições associadas aos mesmos direitos, salvo decisão em contrário da ANACOM (cfr. n.º s 9 e 10 do artigo 34.º)

O silêncio da ANACOM, após o decurso do prazo de 45 dias, estabelecido no n.º 6 do artigo 34.º, vale como não oposição à transmissão ou locação dos direitos de utilização, mas não dispensa a obrigação de comunicação da transmissão ou locação concretizada.

2.3. Regime aplicável ao licenciamento de redes e estações de radiocomunicações

De acordo com o artigo 14.º, n.º 1 do Decreto-Lei n.º 151-A/2000, de 20 de julho, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 264/2009, de 28 de setembro (regime aplicável ao licenciamento de redes e estações radiocomunicações e à fiscalização da instalação das referidas estações e da utilização do espectro radielétrico) as licenças de rede ou de estação são transmissíveis.

A entidade à qual for transmitida a licença assume todos os direitos e obrigações a esta inerentes, sendo que a transmissão de uma licença de rede implica a transmissão das licenças das estações que a integrem, quando existentes.

Também aqui cabe à ANACOM pronunciar-se, no prazo máximo de 45 dias, sobre o conteúdo da comunicação, podendo opor-se à transmissão das licenças ou impor as condições necessárias à gestão ótima do espectro, designadamente a utilização efetiva e eficiente das frequências e a inexistência de distorções de concorrência.

A transmissão de licenças de rede e de estação não suspende nem interrompe o prazo pelo qual foram atribuídas.

3. Apreciação

A Rádio Liz é titular do direito de utilização de frequências ICP-ANACOM n.º 167/2009, o qual se destina à oferta de um serviço de programas de radiodifusão sonora acessível ao público, de âmbito local, para o concelho de Leiria, na faixa dos 87,5 -108 MHz.

A Rádio Liz é também titular da licença de estação de radiocomunicações do serviço de radiodifusão sonora n.º 20411, válida até 09 de maio de 2019, de acordo com a qual a estação emite na frequência de 101,3 MHz, bem como da licença de rede de radiocomunicações do serviço fixo (ligações estúdio - emissor) n.º 505025, igualmente válida até 09 de maio de 2019.

A Rádio Liz é ainda titular da Autorização para operação do Sistema de Transmissão de Dados de Radiodifusão (RDS) com o nome de canal de programa (PS): “LIZ FM”.

Quanto à entidade transmissória verifica-se que a Record FM - Sociedade de Meios Audiovisuais de Sintra, Unipessoal Lda., é detentora, à data, de uma licença para o exercício da atividade de radiodifusão sonora em FM, de âmbito local para o concelho de Sintra, disponibilizando um serviço de programas generalista denominada “RECORD FM”, na frequência 107,7 MHz, sendo titular do direito de utilização de frequências ICP-ANACOM n.º 57/2009, o qual se destina à oferta de um serviço de programas de radiodifusão sonora acessível ao público, de âmbito local, para o concelho de Sintra, na faixa dos 87,5 -108 MHz, bem como da licença de estação de radiocomunicações do serviço de radiodifusão sonora n.º 20387, válida até 30 de março de 2019 e da licença de rede de radiocomunicações do serviço fixo (ligações estúdio - emissor) n.º 505765,

igualmente válida até 09 de maio de 2019. É ainda titular da Autorização para operação do Sistema de Transmissão de Dados de Radiodifusão (RDS) com o nome de canal de programa (PS): “RECORD”.

De notar ainda que a Record FM – Sociedade de Meios Audiovisuais de Sintra, Unipessoal, Lda., é detida a 100% pela Global Difusion, SGPS, S.A., que detém igualmente a 100%:

- a Horizontes Planos - Informação e Comunicação, Lda., com licenças para o exercício da atividade de radiodifusão sonora para os concelhos de Almodôvar e de Viana do Alentejo;
- a RTA – Sociedade de Radiodifusão e Telecomunicações de Albufeira, Lda., com licenças para o exercício da atividade de radiodifusão sonora para os concelhos de Albufeira e de Silves;
- a Rádio Clube de Gaia – Serviço Local de Radiodifusão Sonora, S.A., com licença para o exercício da atividade de radiodifusão sonora para o concelho de Vila Nova de Gaia;
- e
- a Rádio Sem Fronteiras – Sociedade de Radiodifusão, S.A., com licença para o exercício da atividade de radiodifusão sonora para o concelho de Oeiras.

As quatro entidades acima referidas são titulares das competentes licenças de estação e de rede de radiocomunicações emitidas pela ANACOM.

O pedido em causa foi analisado tendo presente os requisitos que de acordo com o estatuído no artigo 34.º, n.º 5 da LCE devem estar preenchidos para que a ANACOM se possa pronunciar sobre a projetada transmissão.

Nestes termos, e por ofício de 06 de abril de 2016, solicitou-se à AdC, a emissão de parecer nos termos previstos no artigo 34.º, n.º 7 da LCE.

E, em cumprimento do disposto no artigo 34.º, n.º 5, alínea a) da LCE, a ANACOM tornou público no seu *site* (<http://www.anacom.pt/render.jsp?contentId=1383266#.VzMU2-n2a70>), em 12 de abril de 2016, que recebeu da ERC um pedido de decisão sobre a intenção manifestada pela Rádio Liz., de transmitir para a sociedade Record FM o direito de utilização de frequências (DUF) que lhe foi atribuído para o exercício da atividade de radiodifusão sonora.

Em resposta, recebida a 22 de abril de 2016, a AdC conclui que «A Record FM é uma sociedade cujo capital social é detido exclusivamente pela sociedade Global Difusion, SGPS, S.A., pelo que a transmissão do referido direito de utilização de frequências da atual titular, a cooperativa Radio Liz, para a Record FM, consubstancia uma operação de concentração na aceção do artigo 36.º da Lei n.º 19/2012, de 8 de maio ("Lei da Concorrência"). Esta operação de concentração não cumpre, no entanto, os critérios de notificação prévia à AdC previstos no artigo 37.º da Lei da Concorrência.

Deste modo, a transmissão para a Record FM do direito de utilização de frequências para a prestação de serviços de radiodifusão sonora, de que é titular a Radio Liz, não é suscetível de provocar distorções da concorrência, nos termos e para os efeitos da Lei da Concorrência.».

Quanto aos demais requisitos, de cuja verificação depende a concessão de autorização para a transmissão de direitos de utilização de frequências, fixados no artigo 34.º, n.º 5 da LCE, bem como no artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 151-A/2000, a ANACOM, embora tendo já decorrido o prazo de não oposição, entende, face à informação disponível, que os mesmos se encontram devidamente salvaguardados.

Em particular, quanto à salvaguarda das restrições previstas na Lei da Rádio (requisito constante da alínea e) do n.º 5 do artigo 34.º da LCE, em articulação com o disposto no artigo 4.º dessa mesma Lei), entende-se que caberá à ERC verificar, a todo o tempo, a inexistência de violação às restrições fixadas em matéria de propriedade dos operadores de serviços de programas de rádio.

4. Decisão

Assim, no âmbito da atribuição prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 8.º dos Estatutos da ANACOM, aprovados pelo Decreto-Lei n.º 39/2015, de 16 de março, e ao abrigo e nos termos conjugados do artigo 34.º, n.º 6 da Lei n.º 5/2004, de 10 de fevereiro, na redação conferida pela Lei n.º 51/2011, de 13 de setembro, do artigo 14.º, n.º 6 do Decreto-Lei n.º 151-A/2000, de 20 de julho, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 264/2009, de 28 de setembro, e do artigo 22.º, n.º 7 da Lei n.º 54/2010, de 24 de dezembro, o **Conselho de Administração da ANACOM delibera** o seguinte:

1. Declarar que não se opõe à transmissão, para a titularidade da sociedade Record FM - Sociedade de Meios Audiovisuais de Sintra, Unipessoal Lda., do direito de utilização de frequências, na faixa dos 87,5 -108 MHz, atribuído à Emissora Regional de Leiria - Rádio Liz, CRL. para prestação de um serviço de programas radiofónicos, de âmbito local, para o concelho de Leiria, nos termos do n.º 6 do artigo 34.º da LCE.
2. Não se opor à transmissão, para a titularidade da sociedade Record FM - Sociedade de Meios Audiovisuais de Sintra, Unipessoal Lda., da licença de estação de radiocomunicações do serviço de radiodifusão sonora n.º 20411, válida até 09 de maio de 2019, de acordo com a qual a estação emite na frequência de 101,3 MHz, bem como da licença de rede de radiocomunicações do serviço fixo (ligações estúdio - emissor) n.º 505025, igualmente válida até 09 de maio de 2019., de que a Emissora Regional de Leiria - Rádio Liz, CRL é titular.
3. Não se opor à transmissão, para a titularidade da sociedade Record FM - Sociedade de Meios Audiovisuais de Sintra, Unipessoal Lda., da autorização para a operação do Sistema de Transmissão de Dados em Radiodifusão (RDS) com o nome de canal de programa (PS): “LIZ FM”.
4. Sujeitar a presente decisão à condição da Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC) deferir o pedido de cessão do serviço de programas denominado “Liz FM” e da respetiva licença para o exercício da atividade de radiodifusão sonora da Emissora Regional de Leiria - Rádio Liz, CRL.
5. Notificar a ERC do deliberado nos números anteriores, solicitando-lhe que informe a ANACOM sobre o teor da decisão do pedido de cessão, para que esta Autoridade possa, se for esse o caso, assegurar a correspondente emissão à Record FM - Sociedade de Meios Audiovisuais de Sintra, Unipessoal Lda. do título que consubstancia o direito de utilização de frequências.

Lisboa, 19 de maio de 2016.